

## ATA N.º 04/2019

---- Reunião ordinária do dia treze de fevereiro de dois mil e dezanove.-----  
---- No dia treze de fevereiro de dois mil e dezanove, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----  
---- Foram registadas as seguintes presenças: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----  
---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----  
---- Foi registada a falta justificada de António Coutinho.-----  
---- A ata da reunião de 16 de janeiro de 2019 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----  
---- A ata da reunião de 23 de janeiro de 2019 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

### Ordem de Trabalhos

- Pedido de Prorrogação de Prazo para Emissão de Alvará de Obras -----
- Regulamento Municipal Atribuição Incentivos Criação Gado Tradicional Raça Arouquesa – Versão Inicial-----
- Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal – Versão Final-----
- Revogação de Contratar “Naturvouga – Reabilitação das Margens Ribeirinhas”-----
- Empréstimo Linha BEI – Taxa de Juro-----
- Proposta de Alteração de Protocolo – Freguesia de Couto de Esteves-----
- Proposta de Apoio à Freguesia de Rocas do Vouga-----
- 1ª Revisão Orçamental-----
- Transferência de Competências para o Município-----

### Período de Antes da Ordem do Dia

#### Resumo Diário de Tesouraria:

Em oito de fevereiro, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 197 031,44 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, trinta e um euros e quarenta e quatro cêntimos) e operações não orçamentais = € 611 842,36 (seiscentos e onze mil, oitocentos e quarenta e dois euros e trinta e seis cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Em dezoito de janeiro, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de 1 976 822,69 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois euros e sessenta e nove cêntimos).-----

#### Intervenções:

Paulo Martins perguntou como estava a situação dos animais errantes, na sequência da informação prestada na reunião de Câmara de 21 de janeiro passado. Perguntou o que é que estava a ser feito em relação ao facto de o Ecocafé continuar encerrado. Pediu um esclarecimento sobre a reconstrução que está a ser feita na casa localizada no centro do Largo de São Mateus.-----

O Vice-presidente informou que, para já, o município tinha estado a contar com a colaboração do canil da Câmara Municipal de Águeda, para onde têm sido levados animais errantes. Mais disse que o veterinário do município tem estado a fazer esterilizações a animais do sexo feminino. Em relação ao protocolo a celebrar, informou que a redação final ainda não estava concluída, mas que o mesmo seria presente à reunião de Câmara. Sobre o Ecocafé, informou que o arrendatário estava a cumprir com as suas obrigações, mas que ainda não tinha conseguido substituir o mobiliário.-----

Sobre o Largo de São Mateus, o Vice-presidente informou que o proprietário da casa ali localizada estava a fazer apenas obras de escassa relevância urbanística (limpar e rejuntar), o que não contende com o projeto aprovado, ou seja, na eventualidade de ser necessário demolir aquela casa, o proprietário não pode pedir mais valias pelo facto de ter realizado trabalhos na mesma.-----

Elisabete Henriques explicou que o projeto estava a coadunar-se com a casa que está no largo, uma vez que a mesma tem valor histórico pelo facto de terem estado lá, em tempos, uns romeiros.-----

Paulo Martins continuou a sua intervenção para dizer que tinha tido a informação de que havia uma espécie de corrida à compra dos terrenos à volta da barragem e pediu para ser esclarecido.-----

O Vice-presidente disse que isso já acontecia há vários anos e que, o terreno adquirido pelo município estava destinado à zona de fruição, que ainda não tinha avançado porque a APA tinha solicitado mais esclarecimentos, provocando um atraso na mesma.-----

Ricardo Silva interveio para perguntar porque é que tinha sido realizado um contrato, no dia 12 de dezembro de 2018, para aplicação de alcatifa na Ficavouga 2018, se aquele evento tinha sido realizado em agosto daquele ano.-----

O Vice-presidente pediu ao Diretor de Departamento que respondesse à pergunta.-----

O Diretor de Departamento informou que, quando foi fechado o processo da despesa, confirmou-se que havia esse valor a pagar e que não tinha sido tratado na altura certa, tendo sido necessário regularizar essa situação.-----

Ricardo Silva perguntou porque é que esse valor da alcatifa não estava incluído no contrato de aluguer de equipamento logístico para a Ficavouga.-----

Raul Duarte informou que havia alcatifa guardada de anos anteriores e, na altura da Ficavouga 2018, quando foram para colocar a alcatifa, aperceberam-se de que a mesma estava danificada e não dava para ser utilizada. Assim, foi necessário adquirir uma nova alcatifa para proteção do campo.-----

Ricardo Silva continuou a sua intervenção para pedir um esclarecimento sobre o concurso público de “Aquisição de Serviços Técnicos de Som e Luz e Assistente de Sala/Frente Casa”, que fechou no dia 04 de fevereiro, uma vez que tinha a informação de que uma pessoa tentou concorrer e não tinha conseguido.-----

O Diretor de Departamento informou que, desde que tenham as credenciais da Vortal, qualquer pessoa pode concorrer e tem acesso a todas as peças do procedimento. Mais disse que o concurso estava relacionado com a prestação de apoio, a nível do som e luz, bem como assistência da frente de sala, para os espetáculos do Centro das Artes e do Espectáculo.-----

O Vice-presidente pediu ao Diretor de Departamento que enviasse, a todos os vereadores, uma cópia desse procedimento para que não houvesse dúvidas.-----

Pedro Lobo pediu que fosse enviado, também, cópia do procedimento da compra da alcatifa.-----

Ricardo Silva retomou o uso da palavra para perguntar porque é que tinha sido celebrado um contrato de aquisição de serviços para a programação e prestação de serviços técnicos de luz e som em diversos eventos do CAE, para 150 dias, se tinha sido publicitado o outro procedimento.-----

O Vice-presidente informou que, com certeza, tinha sido para acudir às necessidades na altura e, se estivessem à espera do procedimento estar terminado, o CAE teria de ser encerrado.-----

Ricardo Silva continuou para pedir um esclarecimento sobre o facto de o estacionamento, localizado em frente à obra do Centro Escolar, ainda estar ocupado com os materiais do empreiteiro.-----

O Vice-presidente informou que as negociações para a compra de um terreno, para servir de estaleiro, ainda estavam a decorrer, não tendo sido, ainda, possível chegar a um acordo quanto ao preço final.-----

Ricardo Silva perguntou como estava a situação dos CTT. Mais perguntou se a publicidade estática do Estádio Municipal estava a cargo do município.-----

O Vice-presidente disse que o município tem estado a acompanhar a situação e a pressionar a entidade responsável com vista à melhoria dos serviços.-----  
Sobre a publicidade estática do Estádio Municipal, o Diretor de Departamento informou que a mesma era da responsabilidade dos clubes.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Pedido de Prorrogação de Prazo para Emissão de Alvará de Obras: - Foi presente e analisado um pedido de segunda prorrogação de prazo, para emissão do alvará de obras, requerido por António Henriques Tavares, tendo a Câmara Municipal aprovado, por unanimidade, declarar a caducidade do prazo para requerer o levantamento do alvará de obras, ao abrigo do disposto no artigo 71º do n.º 2 do RJUE, conjugado com o disposto no n.º 5 do mesmo artigo.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Regulamento Municipal Atribuição Incentivos Criação Gado Tradicional Raça Arouquesa – Versão Inicial: - De acordo com a informação apresentada, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a versão inicial do “Regulamento Municipal da Atribuição de Incentivos à Criação de Gado Tradicional – Raça Arouquesa”, para efeitos de audiência pública.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal – Versão Final: - Foi presente e analisada a informação dos serviços administrativos relacionada com a proposta do Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal. Terminado o prazo de consulta pública, e não tendo havido qualquer apresentação de sugestões, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, submeter o regulamento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com subsequente publicação, na sua íntegra, no sítio institucional do município e na 2ª Série do Diário da República.-----

Paulo Martins sugeriu que o Ecocentro estivesse aberto no fim de semana.-----  
Elisabete Henriques disse que, atualmente, não existe um funcionário afeto ao Ecocentro e que é um jardineiro que está destacado, nas manhãs, para fazer esse serviço. Mais disse que, enquanto não houver um reforço no pessoal, não poderá aumentar o respetivo horário.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção – Ricardo Silva.-----

Revogação de Contratar “Naturvougha – Reabilitação das Margens Ribeirinhas”: - Tendo-se constatado que, por lapso, não constava a grelha dos critérios de avaliação nas peças do procedimento “Naturvougha – Reabilitação das Margens Ribeirinhas”, o órgão executivo ratificou, por maioria, a revogação da decisão de contratar.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção – Ricardo Silva.-----

Empréstimo Linha BEI – Taxa de Juro: - Na sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2018, foi autorizada a apresentação de uma candidatura à Agência para o Desenvolvimento e Coesão para um contrato de financiamento de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros), ao abrigo da Linha BEI – Autarquias, a ser aplicado na empreitada “Construção do Centro Escolar de Sever do Vouga”. Considerando ser necessário decidir sobre a taxa a escolher, e havendo a possibilidade de escolha da taxa de juro fixa ou variável, o órgão executivo aprovou, por maioria, adotar a taxa de juro fixa de 1,564%.-----

Paulo Martins disse concordar com a opção apresentada na proposta, mas que discordava com a opinião do auditor externo.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção – Ricardo Silva, com a seguinte declaração de voto “*Concordo com a taxa fixa, pois como foi dito, não somos eleitos para correr riscos. Não concordo, porém, com um maior endividamento da Câmara Municipal.*”-----

Proposta de Alteração de Protocolo – Freguesia de Couto de Esteves: - No âmbito do Programa de Apoio a Atividades Diversas (artigo 4º do Capítulo II), do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, foi celebrado um protocolo entre o

município e a Freguesia de Couto de Esteves, que previa a realização das seguintes atividades:-----

- Lembranças de Natal para as crianças do CECE;-----
- Viagem anual sénior;-----
- Casa da Fonte – homenagem Fundação Solidários;-----
- 2 viagens a combinar.-----

De acordo com a informação prestada pela Freguesia de Couto de Esteves, foram realizadas apenas duas das atividades que constam do protocolo (lembranças de Natal crianças CECE e a viagem anual sénior) e outras atividades que não constavam do protocolo.-----

Assim, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a alteração do referido protocolo, celebrado em 25 de janeiro de 2018, por forma a abranger as atividades desenvolvidas, para as quais a Freguesia, passando a constar as seguintes atividades a apoiar nos termos daquele protocolo:-----

- Lembranças de Natal crianças CECE;-----
- Viagem anual sénior;-----
- Participação no torneio de futebol Interfreguesias;-----
- Participação nas festas populares da freguesia;-----
- Participação no Festival Guitarras Mágicas.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Proposta de Apoio à Freguesia de Rocas do Vouga: - Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara Municipal e informação exarada pelo Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, sobre a atribuição de apoios à freguesia de Rocas do Vouga. Analisados os documentos, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, o seguinte:-----

- a) Quanto ao apoio ao investimento, a comparticipação das despesas para a construção de valetas e muros num total de € 6 042,33, nas condições indicadas na informação;-----
- b) Quanto ao apoio para materiais, a comparticipação de € 566,83, correspondente à diferença entre o valor total do apoio e das despesas apresentadas.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

1ª Revisão Orçamental: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 1ª Revisão Orçamental, correspondente à 2ª Modificação, com um reforço de € 348 400,00 (trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos euros).-----

Paulo Martins perguntou de onde tinha vindo o dinheiro para efetuar aquele reforço.-----  
O Diretor de Departamento informou que, quando o orçamento é feito, seguindo-se as regras previsionais, apenas podem ser colocados os valores aprovados no orçamento do Estado (às quais podem acrescentar a inflação prevista nessa altura). Então, foram colocados no orçamento apenas os valores que estavam na LOE 2018, porque o orçamento de 2019 ainda não estava aprovado nessa data, estava só o de 2018. Agora, o orçamento está aprovado e houve um aumento nas transferências do estado que dão 348 400,00 euros. Esse aumento serviu para três situações: Ajustamento da dotação no projeto do edifício dos Paços do Concelho; reforço do projeto “Restabelecimento de Infraestruturas (valetas em Paçô); Reinserção do projeto “Pavimentação da Rua da Acimada”, porque foi encerrado fisicamente em 2018 e não financeiramente até 31 de dezembro de 2018.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva, que apresentou a seguinte declaração de voto: “*tendo votado e sendo contra este orçamento municipal, esta revisão é da total competência de vossas excelências, faz parte da gestão efetuada por vós, por isso, assim me abstenho.*”-----

Transferência de Competências para o Município: - Foi apresentada, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, uma proposta no âmbito do processo de transferência de

competências para o município. Feita uma breve explicação por parte do Vice-presidente, foi aberto um período de intervenções.-----

Paulo Martins interveio para dizer que mantinha a sua opinião e decisão que tinha tomado aquando da última deliberação sobre a transferência de competências. Mais disse que iria votar a favor da proposta em apreço, uma vez que o município não iria assumir as competências constantes na mesma.-----

Considerando:-----

1. O que dispõe na Lei n.º 50/2018 e nos:-----
  - 1.1 DL 20/2019 sobre saúde animal e segurança alimentar-----
  - 1.2 DL 22/2019 sobre a cultura-----
2. Que estão estabelecidos prazos nos diplomas legais em causa aos quais temos de dar cumprimento;-----
3. Que nos termos legais, a Câmara Municipal de Sever do Vouga tem de deliberar para submeter a sua proposta à consideração da Assembleia Municipal, para efeitos do previsto naqueles diplomas e na alínea k) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Deliberação:-----

1. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da **saúde animal e segurança dos alimentos**, foi decidido **não assumir** em 2019 as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:-----
  - 1.1 **Quanto à saúde animal**-----
    - a) Ainda está a decorrer a execução dos Centros Oficiais de Recolha Animal, para os quais há que criar o regulamento que defina as condições de entrega dos animais capturados no município;-----
    - b) Será necessário, previamente, elaborar regulamento onde se definam as formas de emissão das seguintes autorizações:-----
      - 1) Para alojamentos para hospedagem com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais potencialmente perigosos;-----
      - 2) Para a realização de concursos e exposições;-----
      - 3) Para a detenção de animais de companhia em prédios urbanos em número superior a três cães e quatro gatos adultos por cada fogo.-----
    - c) Será também necessário, em devido tempo, proceder à revisão da tabela de taxas para serem criadas as taxas pela emissão das referidas autorizações, das comunicações prévias e dos serviços de veterinária, com a realização de ações ou campanhas públicas de profilaxia médica e sanitária, destinadas a manter a vigilância sanitária e combate a zoonoses.-----
  - 1.2 **Quanto à saúde alimentar**-----
    - a) Preparar o regulamento para a atribuição de registos ou aprovação e licenciamento de estabelecimentos industriais agroalimentares;-----
    - b) Definição de todas as taxas a cobrar e revisão da tabela e regulamento.-----
2. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da **cultura**, foi decidido **não assumir** em 2019 as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:-----
  - a) Que o Município de Sever do Vouga não está preparado para o exercício da fiscalização exigida nos diplomas que regulamentam esta área;-----
  - b) Que é necessário alterar o regulamento de taxas, designadamente para o tratamento das “meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística”.-----

Mais se deliberou:-----

1. Solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal de Sever do Vouga que introduza este ponto na ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, enviando com a convocatória este mesmo documento;-----
2. Que a decisão dessa sessão seja comunicada à DGAL por forma a serem cumpridos os prazos legais.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----**Período Destinado ao Público**-----

Filomena Maria Arvins de Bastos Amaral, residente no lugar de Paçô, alertou para o facto de ter recebido uma fatura RSU para pagar, em relação a uma casa que tinha vendido há quatro anos. Pediu para que a situação fosse regularizada.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

